

Aprovação de emendas fica mais difícil

Preocupados em defender o Governo de um pretenso golpe para implantação do parlamentarismo antes de 1995, os deputados dos partidos ligados ao Planalto acabaram contribuindo para dificultar ainda mais a aprovação de uma série de emendas constitucionais pretendidas pelo Executivo para alteração na sua política econômica. Eles ajudaram a aprovar, na Comissão de Constituição e Justiça, quinta-feira à tarde, parecer pela exigência de um quorum mínimo de 302 deputados para que um projeto de emenda constitucional possa ser colocado em votação.

Como são raros os casos de um quorum em plenário superior a 400 parlamentares, fica mais fácil para a oposição fazer obstrução. Somente as bancadas do PT e do PDT, por exemplo, poderão impedir a votação de um projeto de emenda constitucional se a presença dos parlamentares for inferior a 390. O grande favorecido com a nova exigência foi o PDT, que lutou pelo quorum mais alto para prejudicar a tramitação do projeto de emenda constitucional dos parlamentaristas, que antecipa para 21 de abril do ano que vem a realização do plebiscito para escolha da forma e sistema de governo.

Destaque

Foi por causa desse projeto de emenda constitucional que os deputados ligados ao Governo acabaram votando com o PDT para um quorum mais alto para votação. É que na primeira vez que o projeto foi colocado em votação, há uma semana, o PT fez um destaque para suprimir o artigo 1º, no qual é especificado que, caso o plebiscito aprove o parlamentarismo como novo sistema de governo, este só será implantado em 1º de janeiro de 1995. Segundo o deputado José Genoíno (PT-SP), a intenção foi apenas a de "evitar a repetição do que já está assegurado na Constituição". Na ocasião, a Mesa da Câmara entendeu que o destaque poderia ser aprovado apenas com maioria simples — metade mais um dos presentes — e a votação foi suspensa para que a Comissão de Constituição e Justiça fizesse a interpretação regimental.

E o resultado desta interpretação tornou ainda mais difícil a já complicada aprovação das emendas constitucionais, que precisam ser votadas em dois turnos, em cada Casa do Congresso e exigem a aprovação de pelos menos 3/5.